

WORK, SOCIAL ECONOMY AND SOCIAL TECHNOLOGIES IN THE METROPOLIS OF RIO DE JANEIRO: An Empirical Analysis 2003 - 2010

TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIAS SOCIAIS NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: Uma Análise Empírica 2003 - 2010

Catia Antonia da Silva

Doutora em Geografia, Professora de Geografia, Pesquisadora do CNPq, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de professores.

Endereço: Rua Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato

CEP: 24435-005 - São Gonçalo - RJ

E-mail: catia.antonio@gmail.com

Ana Clara Torres Ribeiro

Doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (In memoriam)

Catia Antonia da Silva

PhD in Geography, Geography Professor, CNPq Researcher, Rio de Janeiro State University. Faculty of teacher education.

Address: Dr. Francisco Portela Street, 1470 - Patronato

CEP: 24435-005 - São Gonçalo - RJ

E-mail: catia.antonio@gmail.com

Ana Clara Torres Ribeiro

PhD in Sociology, professor at the Federal University of Rio de Janeiro (In memoriam)

RESUMO

A metrópole do Rio de Janeiro é a segunda maior aglomeração urbana do Brasil, tanto no que se refere à dimensão populacional e econômica, quanto à complexidade de relações no paradoxo entre modernização e exclusão social vividos nos contextos coletivos. Na identificação da problemática do trabalho, são notáveis a complexidade das formas ocupacionais, as relações entre formalidade e informalidade e a diversificação de políticas públicas na área de trabalho, emprego e renda. Dentre as políticas urbanas, destacam-se o Programa Nacional de Economia Solidária que se caracteriza pela sua busca por novas formas de mercados e de associativismo para os grupos informais, com o objetivo de inserção nas condições mínimas de direitos sociais e cidadania. A relação entre políticas públicas e território é o desafio e o pressuposto dessa reflexão. O presente trabalho, neste sentido, tem como intenção refletir, brevemente, sobre a dimensão do território metropolitano, aqui compreendido como uma totalidade complexa definida por relações de poder, por agentes com diferentes interesses, projetos compartilhados e projetos em disputa. Refletir o trabalho e as políticas relacionadas à economia solidária em espaços metropolitanos constitui-se num real desafio, já que a densidade da vida coletiva cria e desestabiliza relações sociais e, também, projetos coletivos.

Palavras-chave: *economia popular, política social, tecnologias sociais, espaço urbano-metropolitano, Brasil, Rio de Janeiro*

ABSTRACT

The metropolis of Rio de Janeiro is the second largest urban area of Brazil, both in terms of population and economic dimension, as the complexity of relationships in the paradox between modernization and social exclusion experienced in collective contexts. The identification of labor issues, are remarkable complexity of occupational forms, relations between formality and informality and diversification of public policies in the area of labor, employment and income. Among the urban policies, stand out the National Program of Solidarity Economy that is characterized by its search for new forms of markets and associations for informal groups, in order to insert the minimum conditions of social rights and citizenship. The relationship between public policy and territory is the challenge and the assumption that reflection. This work, in this sense, is intended to reflect briefly on the size of the metropolitan territory, here understood as a complex totality defined by power relations, by agents with different interests, shared projects and projects in dispute. Reflect the work and policies related to social economy in metropolitan areas constitutes a real challenge, since the density of collective life creates and destabilize social relations and also collective projects.

Keywords: *Solidarity Economy, social policy, social technologies, urban -metropolitan area, Brazil, Rio de Janeiro*

1. INTRODUÇÃO

A metrópole pode ser compreendida através de suas relações espaciais e dos contextos de sociabilidade que constroem a vida coletiva. A compreensão das relações espaciais inclui a conurbação entre cidades, derivada do fato de que a expansão metropolitana relaciona-se diretamente com o processo de modernização capitalista calcado na relação de interdependência entre lugares. Neste sentido, a metrópole é formada por um município-núcleo e municípios periféricos que experimentam uma vida de relações cotidianas determinada quer seja pela lógica econômica, quer seja pela lógica societária. No que concerne à vida coletiva, a metrópole é a demonstração de que a quantidade altera a densidade das relações sociais. Por ser resultado da reprodução social ampliada, a metrópole é território da diversidade e de múltiplos usos e conflitos relacionados à contradição entre inovações tecnológicas e pobreza urbana. Esta contradição remete diretamente à problemática do trabalho. Na metrópole, a diversidade das ocupações manifesta-se de forma mais intensa, as mutações nos postos de trabalho são mais perceptíveis e a ampliação da crise social e econômica é mais sentida, como evidencia o crescimento do desemprego e do trabalho informal.

O presente artigo tem como intenção refletir, brevemente, a dimensão do território metropolitano, aqui compreendido como uma totalidade complexa definida por relações de poder, por agentes com diferentes interesses, projetos compartilhados e projetos em disputa. Refletir o trabalho e as políticas relacionadas à economia solidária em espaços metropolitanos constitui-se num real desafio, já que a densidade da vida coletiva cria e desestabiliza relações sociais e, também, projetos coletivos. Existe, assim, a tendência ao consumo, no dia-a-dia, de anseios, desejos e sonhos de bem estar, trazendo o risco de que projetos se tornem experiências efêmeras ou, apenas, fugidios modismos. Face a esta tendência, o reconhecimento do confronto entre racionalidades – dominantes e dominadas, formais e informais – surge como um caminho para a compreensão das possibilidades (e limites) da expansão e consolidação da tecnologia social e do programa de economia solidária.

2. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

O diálogo interdisciplinar entre os campos da geografia, da economia e da sociologia foram a base da episteme de nossa reflexão. Compreender a dimensão do espaço geográfico e sua relação com as lógicas da economia popular, compreender as relações de sociabilidades, as estratégias de compreensão do mercado (Tula, 2014, Zoual, 2006) foram fundamentais para a organização e análise dos dados. O período delimitado entre 2000 e 2010 tem como marco a implementação de forma mais ativa da política social de economia solidária no Brasil refere-se à conjuntura do Governo Lula 2003-2010. Foram levantados relatório do Ministério do Trabalho e Emprego do governo brasileiro entre 2005 e 2008. *MINISTÉRIO DO TRABALHO - Políticas de emprego de trabalho, emprego e renda* estão disponíveis no site: <http://www.mte.gov.br/imo/default.asp>. Estes dados secundários foram mapeados com o uso do Sistema de geoprocessamento de dados - ArcGIS 10 (<http://www.esri.com/software/arcgis>). Foi realizado também levantamento junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o objetivo de mapear o trabalho informal e trabalho formal, cruzando dados municipais referente ao tamanho da população economicamente ativa (censo de 2000 e contagem de 2005) e a relação dos mesmos com a ocupação. Os dados do Relatório de Informação sobre ocupação profissional do Ministério do Trabalho e Renda (, no período 2000-2005 contribuiu para ver as tendências da relação entre trabalho formal e trabalho informal. Do ponto de vista teórico-metodológico, a referência ao trabalho formal relaciona-se aos trabalhadores ocupados em atividades da economia, que os garante relações trabalhistas assalariadas. O trabalho informal e economia informal, referem-se aos trabalhadores (homens e mulheres) que realizam atividades em casa, num pequeno estabelecimento, em que em geral é dono dos meios de produção e produz baseados em relações de parceria, de base popular, em pequena escala. A economia popular, também conhecida como economia solidária envolve atividades de diversos tipos: vendedores ambulantes, artesãos, pescadores, comerciantes de pescados, catadores de materiais reciclados, costureiras. No levantamento da pesquisa, realizamos entrevistas com ambulantes, pescadores e artesãos nos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói. Mas os dados mapeados foram todos oriundos das bases estatísticas, portanto, são dados secundários. Leituras e sistematização de monografias, dissertações sobre a política de economia solidária, e sobre a dinâmica da economia informal também foram realizados, com o objetivo de melhor compreender o tema e problemas em estudo para a confecção desse artigo.

3. RECORTE TEÓRICO-CONCEITUAL: METRÓPOLES, MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO E TECNOLOGIAS SOCIAIS

As metrópoles concentram o meio técnico-científico informacional devido aos patamares de modernização historicamente engendrados pela industrialização e pela urbanização do território e da sociedade. O meio técnico-científico informacional, importante conceito de Milton Santos, refere-se à transformação do espaço geográfico decorrente da globalização da economia e da expansão social e territorial das redes técnicas e do saber científico. A ciência e a tecnologia, neste sentido, são frutos e sustentáculos das novas escalas de

realização do lucro e do aumento da produtividade, envolvendo capital e Estado na configuração de novos sistemas de ações e sistemas técnicos, através da criação de objetos, valores culturais e necessidades sociais nos (e dos) lugares (Santos, 1994, 1996).

A constituição desse meio ocorre a partir dos vetores e da intensidade da modernização econômica e tecnológica. Trata-se da difusão espacial da inovação implementada pelo Estado, por agentes econômicos e atores sociais, em articulação com a produção, a circulação e o consumo de mercadorias e informação (conhecimento, saber instrumental e técnico). As características mais atuais desse meio correspondem ao modelo mundial de desenvolvimento econômico. Entretanto, é inegável que, na configuração deste meio, também interferem particularidades importantes da realidade brasileira, que incluem a experiência histórica e a visão de mundo de agentes posicionados em diferentes espaços de poder e arenas políticas.

Com esta orientação analítica, consideramos a metrópole como epicentro de mudanças culturais e técnicas. Nela, a concentração de amplos sistemas de objetos técnicos cria, como propôs Milton Santos (1996), uma tecnosfera – a materialidade historicamente construída – e uma psicofera – sistema de ações orientadas por valores, idéias, projetos e ideologias característicos da última modernidade. A associação entre estes sistemas transparece na diversificação de atividades secundárias e terciárias e, ainda, na (des)qualificação do trabalho formal e informal. Neste sentido, a escala metropolitana pode ser compreendida como uma construção instável e tensa, diferencialmente atualizada pela seletividade social que acompanha cada impulso modernizador da materialidade e da sociabilidade (Silva, 1994, 2002; Silva e Ribeiro, 1997).

Em nossas pesquisas (Silva e Ribeiro, 1997), procuramos não limitar a reflexão da metrópole à sua dimensão material. Assim, buscamos reconhecer a metrópole como locus de contradições entre riqueza e pobreza; como o cenário mais visível da crise econômica; como território da luta por oportunidades de integração social e como local definido por fluxos internacionais criados pela articulação entre diferentes escalas da economia. Entretanto, este é também o lugar do homem lento (Santos, 1994), ou seja, do portador de outras racionalidades, que (re)cria conhecimento como estratégia de sobrevivência. Neste âmbito, a vida metropolitana é configurada por contextos de sociabilidade e práticas complexas de sobrevivência, que incluem a aceitação de mudanças e a “viração” frente a crise e a inovação (Silva, 2008; Simmel, 1987; Wacquant, 2001).

Nos anos 90, a observação da escala metropolitana possibilita reconhecer dois fenômenos articulados: o primeiro refere-se à reestruturação produtiva e à desindustrialização. De fato, a partir desta década, pode ser observada a tendência ao deslocamento da indústria para outros pontos da rede urbana, longe dos antigos limites metropolitanos (Santos, 1993). O segundo consiste no impacto territorial da crise econômica vivenciada pelo país. Nas últimas décadas, cresce o número de desempregados, principalmente nos espaços metropolitanos, fazendo com que as regiões metropolitanas tradicionais apareçam frequentemente, na mídia, como o espaço da manifestação mais aguda da questão social (Silva, 1999, Silva e Campos, 2015, Ribeiro, 2013).

A nossa intenção ao valorizar a escala metropolitana é, na verdade, compreender a problemática enfrentada pelo trabalhador, entendendo que esta escala concentra, simultaneamente, a crise do mundo do trabalho (Antunes, 1997), a reorganização da economia (Gionnotti, 1984, Lipietz, 1986, Silva, 1999, 2012) e investimentos em políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Concretamente, o espaço metropolitano condensa mutações no mundo do trabalho – novos objetos, linguagens e formas de administração da produção, da distribuição e do consumo – que requerem alterações na qualificação profissional, que somam mudanças em procedimentos técnicos e mudanças na subjetividade do trabalhador condicionadas pela variável articulação entre sistemas técnicos e sistemas de ações (Santos, 1996).

Essa articulação permite reconhecer a metrópole como totalidade em movimento que altera o sentido da qualificação do trabalho e do saber profissional. Esta totalidade incorpora o ambiente do trabalho formal e o setor informal da economia urbana em sistemas técnicos que alteram o espaço, transformando-o cada vez mais em meio técnico-científico informacional, conforme ensina Santos (1994). Este meio impõe novas práticas sociais e o reajuste de velhas práticas, consolidando formas de agir expressivas da modernização da cultura e do ambiente construído. Traz, em acréscimo, novas exigências até mesmo para o trabalho informal. Nesta direção, cabe lembrar que esse meio multiplica os objetos e seus resíduos, modificando a composição e a natureza do trabalho informal (catadores, ambulantes, trabalhadores em serviços de transporte e armazenagem). Trata-se de uma transformação profunda nas relações entre sociedade e espaço, fundamentada na precária costura entre diferentes patamares da modernização brasileira e nas formas como segmentos sociais excluídos relacionam-se com a materialidade e a sociabilidade urbanas.

A metrópole, nesse sentido, estimula a leitura da empiricização de relações sociais e da modernização do trabalho e do espaço (Santos, 1993, 1994, 1996; Simmel, 1987, Ribeiro 2006, 2013). Acreditamos que este

espaço, enquanto categoria da existência, condensa a aceleração do tempo social, apresentando alta capacidade de expressão da modernidade, por meio de sua arquitetura, dos fluxos de mercadorias, de dinheiro, pessoas e idéias. Na metrópole, a estruturação do espaço e a organização social permitem a reprodução das hierarquias sociais e, também, a invenção de formas de apropriação da materialidade pelos excluídos, ainda que precárias e com graves riscos de vida (Ribeiro, 1996; Silva, 2002; Silva e Ribeiro, 1997; Santos, 1993,1996; Wacquant, 2001).

Neste recorte escalar, privilegiaremos a metrópole do Rio de Janeiro. Tal recorte baseia-se no pressuposto de que a vida metropolitana abriga intenções, projetos e estratégias de agentes econômicos, do Estado, de organizações da sociedade civil e de grupos excluídos da modernização, que criam estratégias de apropriação de recursos concentrados na metrópole. Por esta razão, pensamos que a reflexão da tecnologia social deva incorporar a dinâmica da vida coletiva, o que, no contexto metropolitano, pressupõe o reconhecimento da complexidade gerada pela difusão do meio técnico-científico informacional, pela aceleração do ritmo da vida coletiva e pela crise social. Nestas circunstâncias, acreditamos que a tecnologia social possa ser compreendida como um conjunto de possibilidades técnicas novas, expressivas de saberes orientados por comportamentos, ações e práticas que procuram transformar o ambiente e o sentido do trabalho, tornando-o mais igualitário, justo e solidário.

Porém, vale enfatizar, neste momento, a necessidade de diálogo entre a inovação técnica no ambiente do trabalho formal – que constitui o reinado de orientações econômicas voltadas à qualificação profissional, envolvendo o uso de equipamentos públicos e privados na organização da nova divisão social e territorial do trabalho – e o ambiente do trabalho informal – definido por relações de trabalho marcadas pela precariedade, por tempos lentos, pelo não reconhecimento de vínculos trabalhistas e pelo uso de técnicas tradicionais. A tecnologia social como inovação requer, assim pensamos, um esforço de articulação entre o saber do trabalhador informal, que inclui a sua leitura do espaço urbano, e o saber técnico inovador – em geral, de difusão muito restrita – que é indispensável à melhoria das suas condições de vida.

2.1. VIDA COTIDIANA, TRABALHO E SÍTIOS

Sobre o saber dos grupos sociais que vivem da “viração” cotidiana, Zaoual (2006) aponta para a necessidade de novos recortes analíticos que valorizem lugares e falas na projeção do futuro possível. Diz o autor: (...) Na abordagem dos sítios, o “espaço pensado” deve corresponder ao espaço em que os homens acreditam e vivem. Essa exigência pressupõe, por si só, o abandono do recorte tradicional das ciências sociais e uma orientação conceitual muito mais flexível e voltada para os imaginários de situação. Esta é uma maneira de repensar os lugares em sua especificidade, levando em conta os sistemas de representações dos atores. (Zaoual, 2006, p. 31).

Para o autor, o sítio não é simplesmente o espaço de ferrovias ou da internet, isto é, um espaço determinado pelo mundo dos objetos. É, sim, uma entidade que é material- imaterial, constituída por um conjunto de crenças, valores, mitos e experiências passadas, conscientes ou inconscientes.

A orientação teórico-analítica de Zaoual contribui para a nossa compreensão da necessidade de reconhecimento e valorização do saber de grupos sociais locais na escala metropolitana. A composição e a afirmação do sítio acontecem na escala local mas, não de forma isolada. O sítio reúne relações históricas e atuais aprendizados que ocorrem entre grupos, instituições e experiências das escalas regional, nacional e internacional.

São muitos os exemplos dessas experiências. Silva (2008) apresenta, nesta direção, a experiência dos catadores de materiais recicláveis de Gramacho (município de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro) que, ao reconhecerem suas carências relativas ao conhecimento de direitos, passaram a lutar junto com catadores de outras cidades e metrópoles, criando o Movimento Nacional dos Catadores, que hoje participa da construção de políticas públicas voltadas para esta categoria ocupacional.

Vale ainda fazer referência a abordagem teórica de Ukoha (2013), que aponta a presença de crianças nas atividades econômicas ligadas a manufaturas e comércio, o que é muito comum no Brasil também. O interessante é que o autor aponta para o debate sobre a ética do trabalho infantil, que muitas vezes proíbi, seguindo as legislações dos países, mas que na vida prática e cotidiana o labor das crianças ocorre e que contribui para aumentar o grau de precarização das famílias dos empreendedores, visto que os impedem de serem reconhecidos junto aos direitos trabalhistas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, procuraremos, com base em informação referida à metrópole do Rio de Janeiro, refletir empreendimentos vinculados ao Programa Nacional de Economia Solidária, identificando sua incidência por

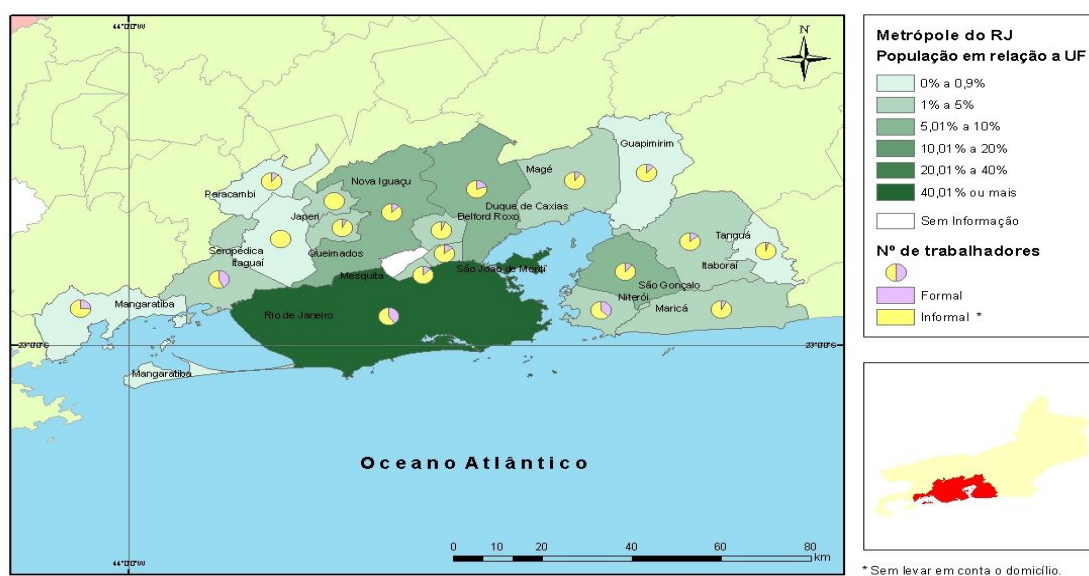
município, as características desses empreendimentos, o seu local de funcionamento, o tipo de atividade e as formas de organização.

A leitura dos mapas apresentados a seguir visa contribuir na compreensão da importância do território para pesquisas dedicadas à economia solidária e à tecnologia social.

Como o Mapa 1 permite observar, é elevada a presença de trabalhadores informais em todos os municípios metropolitanos. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, que concentra a população da região metropolitana e as atividades econômicas que garantem postos de trabalho diversificados, é elevada e complexa a presença de trabalhadores informais, com mesmo ocorrendo nos municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu, municípios populosos, com importante participação no PIB fluminense e economias diversificadas.

Mapa1

Metrópole do Rio de Janeiro, segundo o percentual populacional em relação a UF, número de trabalhadores com registro no Ministério do Trabalho e trabalho informal.



Dentre os trabalhadores informais, destacam-se os ambulantes, os catadores de materiais recicláveis, os pescadores artesanais, as costureiras, os trabalhadores em transportes alternativos. Por falta de uma pesquisa mais aprofundada para a compreensão da estrutura e da dinâmica desse mercado, torna-se difícil uma análise em profundidade desta informação. No entanto, é impossível desconhecer a importância de uma análise deste tipo para a compreensão dos desafios enfrentados por projetos orientados pela economia solidária e pela tecnologia social.

O Programa Nacional de Economia Solidária, instituído em 2003 no bojo do Sistema Nacional de Emprego, Trabalho e Renda, promove políticas integradas dirigidas à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. O Programa tem por objetivo elaborar e propor medidas para a articulação de políticas de finanças solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações e os serviços financeiros prestados e, ainda, legitimando novas institucionalidades econômicas; intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção dos trabalhadores e orientar a fiscalização; difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária e apoiando o consumo ético e o comércio mais generoso, que tenha como referência o valor de uso (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2008).

No cerne de sua estrutura, o Programa de Economia Solidária demonstra a importância atribuída à tecnologia social, ou seja, a técnicas que expressam e resultam da alteração em mentalidades, comportamentos e ações dos (e para os) trabalhadores informais. No princípio, esta alteração pode ser compreendida, ao nosso ver, como uma verdadeira prótese, cujos impactos só podem ser apreendidos através da observação do cotidiano e de mudanças na cultura. Trata-se, realmente, de aprendizados que dependem de contextos de sociabilidade e da relação entre saberes.

Frente à aceleração contemporânea, acreditamos que a difusão da tecnologia social dependerá de um profundo trabalho de base que dialogue com as realidades locais (os sítios, no sentido proposto por Zauoal, op cit) e que reconheça: influências ideológicas; escassez de auto-estima; dificuldades de compreensão tanto daquele que aprende a nova técnica como daquele que a ensina; obstáculos com origem na falta de infra-estrutura e na distância entre local de trabalho e local de moradia; bloqueios no uso efetivo de novas orientações técnicas por ausência de articulação com cadeias produtivas e formas de acesso ao mercado.

Vejamos mais um mapa:

Mapa 2



O Mapa 2 permite reconhecer a concentração dos empreendimentos que participam do Programa Nacional de Economia Solidária na cidade do Rio de Janeiro, com um total de 201 empreendimentos cadastrados. A seguir, encontram-se Nova Iguaçu, com 154 empreendimentos, e Duque de Caxias, com 88 empreendimentos. Os demais municípios têm um número muito pequeno deste tipo de empreendimento frente a dimensão alcançada pelo mercado informal de trabalho, conforme antes apresentado no Mapa 1. Este fato demonstra a necessidade de que seja ampliado o acesso ao programa para trabalhadores informais, tais como os pescadores artesanais, os catadores de materiais recicláveis e os ambulantes, de modo a permitir que apreendam e divulguem o sentido e a prática dos empreendimentos solidários.

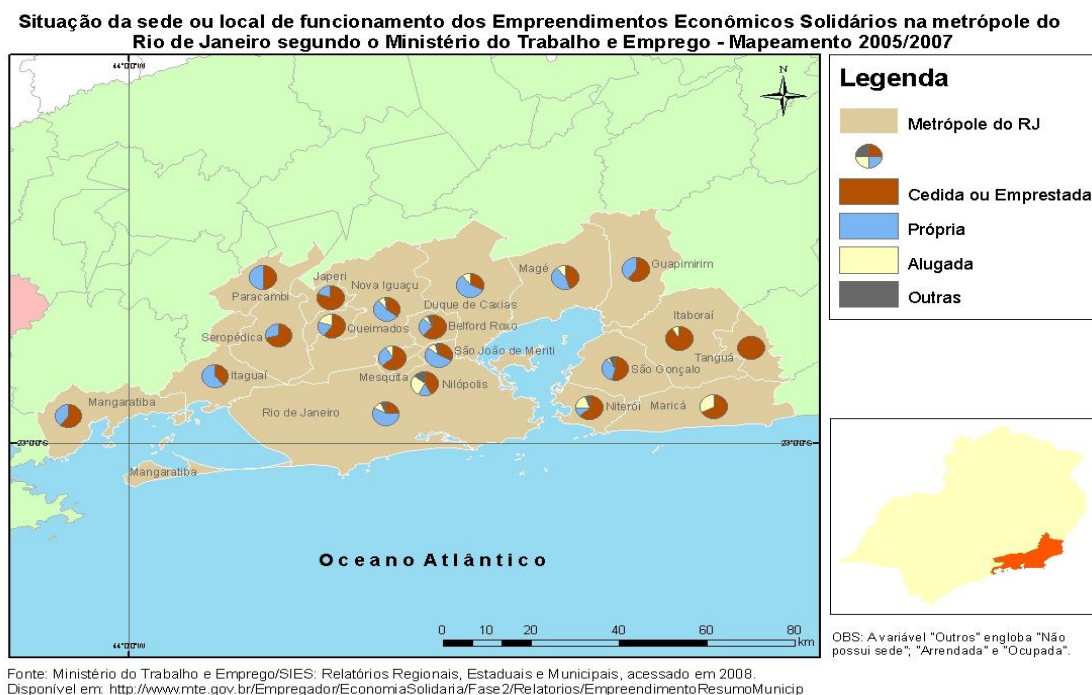
Chamamos a atenção para um outro fato relevante. Em pesquisas monográficas realizadas por alunos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, foi identificada, por exemplo, a existência, entre os catadores de materiais recicláveis do município de São Gonçalo, dos denominados “coopergatos”. O termo se refere a associações, registradas como cooperativas, onde são divididas as despesas e, não, as receitas. A relação de trabalho estabelecida é a relação patrão-empregado, mas este não tem nenhum direito trabalhista reconhecido (Batista Junior, 2005).

Na metrópole, a tecnologia social, a depender do lugar e dos rumos assumidos por sua efetiva realização, pode ser nova ou antiga, pois estamos falando de histórias, experiências e práticas culturais diferenciadas. Neste espaço, experiências sociais válidas e profundamente enraizadas são, por vezes, confundidas com inovações descoladas dos fundamentos éticos da economia solidária, que transformam trabalhadores informais em reféns de lógicas anti-solidárias, como exemplificam os “coopergatos”. Trata-se, neste caso, do aprofundamento de formas de exploração capitalistas, ocultas sob uma institucionalidade auto-gestionária. O acompanhamento cuidadoso de novas cooperativas constitui-se, portanto, numa meta necessária para os que realmente se preocupam com a preservação dos valores éticos que sustentam (e legitimam) os empreendimentos solidários.

Observando aspectos desses empreendimentos registrados no Mapa 3, verificamos que a grande maioria dos empreendimentos localizados nos municípios do Rio de Janeiro, de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias possui

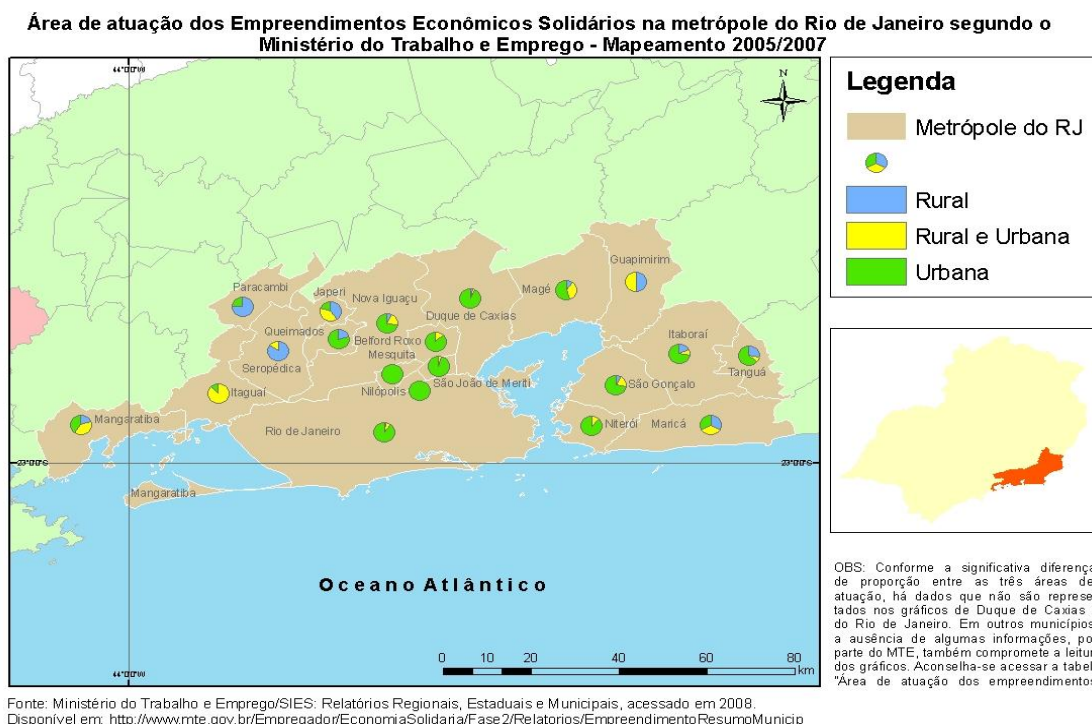
sede própria. Verificamos, ainda, que os imóveis cedidos ou emprestados são numerosos nos demais municípios metropolitanos, destacando-se Tanguá, Itaboraí, Maricá, São Gonçalo, Mesquita e Seropédica. Por fim, cabe registrar que o número de imóveis alugados é realmente insignificante.

Mapa 3



Outro aspecto interessante desses empreendimentos, a ser destacado, refere-se à sua concentração em atividades urbanas tendencialmente tradicionais, tais como: comercialização de bens, prestação de serviços, pequena oficina de consertos, produção de roupas, artesanato, bijuteria, produção de alimentos, catação de resíduos sólidos recicláveis. Ver Mapa 4.

Mapa 4

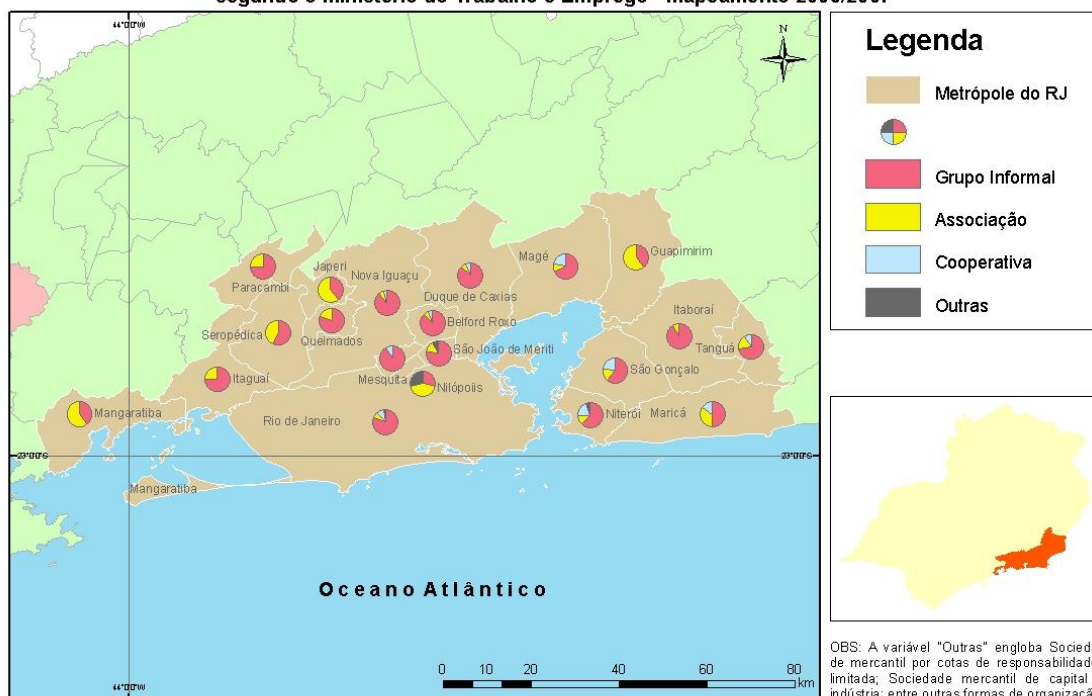


Os empreendimentos envolvidos em atividades urbanas destacam-se, como esperado pela intensidade de sua urbanização, na cidade do Rio de Janeiro e nos municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Mesquita, Duque de Caxias, Niterói e Queimados. Em contrapartida, chamamos a atenção para o fato de que nos municípios de Seropédica, Guapimirim, Paracambi e Japeri, que têm franjas rurais, encontram-se empreendimentos dedicados à agricultura e à pecuária (plantio de verduras e frutas, criação de pequenos animais e venda de carne etc.). Também existem empreendimentos posicionados no limite entre o urbano e o rural, como em Itaguaí, Maricá e Mangaratiba, que se dedicam, principalmente, a atividades de criação e comercialização.

Para terminar, observamos as formas de organização dos empreendimentos que recebem apoio do Programa Nacional de Economia Solidária. Como pode ser visto no Mapa 5, estas formas são basicamente frágeis e espontâneas. O grupo informal predomina na maioria dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Mesquita, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Itaguaí, dentre outros). Destacam-se, ainda, as associações, como nos municípios de Guapimirim, Maricá e Mangaratiba.

Mapa 5

Formas de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários na metrópole do Rio de Janeiro, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego - Mapeamento 2005/2007



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SIES: Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais, acessado em 2008.
Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoMunicip>

O pequeno número de cooperativas e a grande incidência de grupos informais demonstram os obstáculos enfrentados na organização do trabalhador ocupado em condições muito precárias. Estas informações evidenciam, sem dúvida, o grande esforço de engajamento exigido deste trabalhador para o alcance de uma forma de organização que efetivamente melhore as suas condições de vida e a necessidade de apoio de entidades especializadas na criação e na gestão de empreendimentos solidários

5. CONCLUSÃO

Nos limites dessas linhas, este texto teve a intenção de trazer alguns elementos para a reflexão de relações entre economia solidária e estruturação da vida metropolitana. Nesta direção, procuramos indicar que a tecnologia social inscreve-se no âmbito de fenômenos mais largos expressivos de transformações na tecnociência e da desigual instauração do meio técnico-científico informacional. Uma instauração que encontra o seu impulso expansivo na metrópole, em decorrência da histórica superposição de processos de modernização. Entretanto, compreendemos que a tecnologia social também precisa ser pensada a partir do sítio – conhecimentos populares enraizados e saberes construídos na (e pela) prática cotidiana e “em contexto”.

Na metrópole, onde se multiplicam as atividades, os agentes econômicos e os projetos em disputa, a transmissão da inovação – da tecnologia social – não pode ser considerada uma tarefa simples. Esta inovação enfrenta a concorrência de outras inovações e, também, a resistência de técnicas, valores, bases culturais e princípios que

conformam sistemas de crenças pré-existent, a capacidade psicológica do empreendedor (Tuna, 2014) . Deste modo, tal transmissão dependerá da permanente identificação de possibilidades de ruptura com formas de conhecimento que não apresentam o seu sentido e o seu propósito e que trazem outras significações para a mesma técnica, transformando em mecanismo de opressão social as metodologias que norteiam, explicitamente, a concepção da tecnologia social.

Recordamos, por fim, que a compreensão da metrópole como território e, assim, como relações de poder inscritas na produção do espaço possibilita o reconhecimento de sistemas de objetos e de sistemas de ações que interferem no desenho e nos propósitos das políticas públicas dirigidas ao trabalho. Desta maneira, a identificação de tendências gerais e de características únicas dos lugares – uma identificação que também reconheça os lugares como sítios, permite aproximar a formulação de projetos dos desafios da existência, apoiando a percepção de possibilidades de afirmação de novas utopias.

Neste sentido, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por suas profundas desigualdades internas, é exemplar para a investigação de inovações tecnológicas. A difusão de inovações econômicas condizentes com a última modernidade concentra-se no município-núcleo, o que não impede que este município também apresente grande dinamismo no que se refere à proposição dos empreendimentos solidários. Entretanto, é necessário reconhecer outras tendências. Os municípios da Baixada Fluminense têm uma longa história de luta política pelo reconhecimento da identidade e dos direitos das classes populares, como demonstram as lutas travadas, desde os anos 1970, pelo direito à cidade e pela garantia dos direitos humanos (dignidade, contra a violência, pelo acesso ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde). Nos municípios do Leste Metropolitano, a intensificação destas lutas é mais recente mas, adquire grande força a partir dos anos 1990. Existem, assim, novos elos práticos e aprendizados latentes entre segmentos das classes populares na escala metropolitana, o que pode permitir o desdobramento de iniciativas políticas favoráveis à expansão dos empreendimentos solidários e à consolidação da tecnologia social.

REFERENCIAS

- ANTUNES, R. (1997): *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*; São Paulo, Cortez.
- BATISTA JUNIOR, G. (2005): *Cooperativas: uma das alternativas para a geração de ocupação e de renda para os gonçalenses na década de 1990*; Monografia de final de curso; São Gonçalo: (Geografia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GIANNOTTI, J. A. (1984): *Trabalho e reflexão, ensaios para uma dialética da sociabilidade*; São Paulo: Brasiliense, 2a. ed.
- HARVEY, D. (1992): *Condição Pós-moderna*; São Paulo: Loyola.
- LIPIETZ, A. (1986). “New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation” In A. Scott e M. Storper (eds.). *Production, work, territory; the geographical anatomy of industrial capitalism*; Londres, 87-112.
- LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D. (1988): “O pós-fordismo e seu espaço”. *Espaço e Debates*. São Paulo. 8/25, 75-105.
- RIBEIRO, A. C. T. (2013): *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*; Rio de Janeiro: Letra Capital.
- RIBEIRO, A. C. T. (1998): “Relações sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo”; *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, XII, N.2, p 107-125.
- RIBEIRO, A. C. T. (2006): *Metrópoles e presentificação: imaginário necessário* IN SILVA, C. A. da, FREIRE, D. G. & OLIVEIRA, F. J. G. de. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 469-483.
- RIBEIRO, A. C. T. SILVA, C. A. da e SILVA, R. C. (1997): *Mutações no trabalho na periferia capitalista*. Texto apresentado por ocasião do Anais VI Encontro da Associação das Universidades de Língua Português na Mesa Temática: Ciência, Tecnologia como determinantes dos processos de desenvolvimento, Rio de Janeiro: UFRJ.
- SANTOS, M. (1993): *Urbanização Brasileira*; S. Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1994): *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*; São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1996): *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*; São Paulo: Hucitec.
- SILVA, C. A. da. (2002): *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço*; Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, Tese (Doutorado).
- SILVA, C. A. da. (1999): *Espaço, técnica e saber: labirintos da qualificação do trabalho*. In Castro, Iná et al. (orgs.), *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 157-198.

- SILVA, C. A. da. (2008): “Metrópole, trabalho e humanismo: lutas do Movimento Nacional de Catadores de materiais recicláveis”. In Silva, C. A. da e Campos, A. (orgs.) *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 105-127.
- SILVA, C. A. da; RIBEIRO, Ana. C. T. (1997): Impulsos Globais na Periferia Capitalista; *Anais 6º. ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA Territorios en Redefenicion, lugar y Mundo en America Latina*; Buenos Aires: Instituto de Geografia: Universidad de Buenos Aires.
- SILVA, C. A. da e CAMPOS, A. (organizadores). (2015). *Metrópoles e invisibilidades: Por uma compreensão da pobreza, da política e das lutas de sentidos na apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- SILVA, C. A. da. (2012): Da crise ao neodensenvolvimentismo brasileiro: Contribuições para o debate contemporâneo;. *Terra Livre*. 39/28/2, 95-120.
- SIMMEL, G. (1987): “A metrópole e a vida mental”; Velho, G. (org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, 33-56.
- TUNA, G. (2014): “Analyzing weather effect on Istanbul stock exchange: an empirical analysis for 1987-2006”; *Economics and Finance Review*; 3/08, 17 – 25.
- UKOHA, C. (2013): “Business ethics, corporate social responsibility and the outsourcing of garment production: theoretical perspectives”; *Business and Management Review* 3/2, 10–13. <http://www.businessjournalz.org/bmr>
- WACQUANT, L.(2001): *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ZAOUAL, H. (2006): *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A/COOPPE, 2006.